

SESSÕES DO PLENÁRIO

88ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de setembro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliana Boaventura, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fábio Santana, Fátima Nunes, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Misael Neto, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Expediente despachado pela presidência em 30 de setembro de 2009.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Marizete Pereira, comunicando sua ausência na sessão do dia 10/09/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Zé Neto, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 05 e 24/08/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Clóvis Ferraz, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 03, 14 e 15/09/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. Com a palavra o deputado Yulo Oiticica, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sras. e Srs. das Galerias Deputado Paulo Jackson, quero saudar os companheiros concursados, os mais recém-convocados pelo governador do Estado para assumir essa instituição tão importante da nossa segurança pública, que é a Polícia Civil.

Ficamos animados, Sr. Deiró, pela contratação dos 80 companheiros, mas ainda lamentamos pelos quase 800 que estão na pendência da convocação. Também foram convocados 40 delegados, e 60 estão na iminência de serem convocados, esses inclusive numa situação bastante complicada porque o concurso expira na próxima quinta-feira, dia 07 de outubro. Assim, há a necessidade que o prazo seja estendido por mais um ano para evitar a prescrição desse concurso.

Hoje, Sr. Presidente, na Comissão de Direitos Humanos, comemoramos, mais uma vez, a convocação dos 80 agentes escrivães, e renovamos o empenho dessa comissão na perspectiva de continuar na discussão com o governador para que ele convoque os demais. No que tange aos delegados, precisamos de uma renovação imediata do contrato e em seguida a convocação de mais 60, tendo em vista que ainda há 100 cidades baianas, aproximadamente, sem delegados. Portanto, há a necessidade de delegados e mais ainda de agentes, porque na ausência do delegado titular ou do plantonista deve haver a presença dos agentes, que tem feito muito bem esse trabalho a frente das nossas delegacias.

Melhorar a segurança pública é uma questão fundamental para o enfrentamento do crime organizado e do tráfico de drogas que, infelizmente, se alastra cada vez mais. É claro que o debate a respeito da segurança pública deve ser feito de forma consequente e responsável para que tenhamos profissionais qualificados, preparados e sempre bem treinados.

O processo de treinamento, portanto, tem que ser sistemático e contínuo, onde todos possam se capacitar, cada vez mais. Também deve haver boa remuneração e a estrutura que todo profissional, funcionário público, precisa. E no caso da segurança pública talvez mais ainda porque há um enfrentamento direto com a delinquência, com o crime, no meio da rua ou em todas as vielas onde ele se organiza. Portanto, essa é a forma inteligente, e não a mera lógica de canhão para o enfrentamento dos problemas da segurança pública.

Quero também, Sr. Presidente, dizer que, hoje, na Comissão de Direitos Humanos, sob a presidência do nosso companheiro Álvaro Gomes, tivemos a presença dos estudantes do DCE da Universidade Federal da Bahia e também do Fórum Permanente de Debates sobre Assistência Universitária.

Infelizmente, a Universidade Federal da Bahia - que cresce cada vez mais, com mais oferta de cursos e de vagas, resultado do bom trabalho feito pelo nosso reitor, Naomar de Almeida Filho -, tem deixado muito a desejar quanto a necessidade de garantir a alimentação a esses estudantes. No universo de 6.000 estudantes nós só temos um restaurante na residência universitária nº 1 que fica no final do corredor do Canela, e só oferece uma média de 1000 a 1200 refeições por dia, portanto cada um oferece aproximadamente 1200 refeições. No universo de 26 mil o déficit é gigantesco.

No *campus* de Ondina há um restaurante pronto desde 2006 com todos os equipamentos necessários ao restaurante universitário e, por problemas legais no processo de licitação, não está funcionando. Isso é lamentável!

A Comissão de Direitos Humanos aprovou uma visita a ambos os restaurantes na próxima terça-feira, às 15 horas. Não tenho dúvida de que o deputado Álvaro Gomes, nosso presidente, irá convocar todos os deputados e deputadas que fazem parte dessa comissão para essa importante visita, Sr. Presidente, e, após isso, a apresentação e aprovação de um relatório da perspectiva da busca de soluções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Maria Luiza, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA:- Boa-tarde a todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, funcionários, ouvintes das Galerias e da TV Assembleia, imprensa presente, eu gostaria hoje de fazer uso desta tribuna para falar para os meus pares sobre a nossa proposta de uma comissão de inquérito em relação à pedofilia. Posso mostrar para vocês que já detenho quase a integralidade das assinaturas dos colegas desta Casa. Alguns ainda não manifestaram a vontade de participar desta luta. Gostaria de anunciar que amanhã estaremos dando entrada junto à Mesa para que os tramites sejam obedecidos e possa, de fato, ser instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito contra a pedofilia.

Existe a lei que torna mais severa a pedofilia. Eu queria fazer um relato para V.Ex^{as} que fala do crime de pedofilia que hoje é tratado com uma pena mais severa, ou seja, a pena foi aumentada para os crimes de estupro.

(Lê) *“A lei 12.015, sancionada na última sexta-feira (7), altera as leis 2.848 (Código Penal) e 8.072 (que trata dos crimes hediondos) e torna mais severas as penas para os crimes de pedofilia, estupro seguido de morte e assédio sexual contra menores, além de tipificar o crime de tráfico de pessoas.*

O autor de estupro contra maiores de 14 anos e menores de 18 será punido com penas que variam de oito a 12 anos de prisão. Atualmente, a pena varia de seis

a dez anos. A pena será aumentada em até 50% quando for praticado por alguém que deveria proteger e cuidar da criança. Essa mesma regra vale para o crime que gerar gravidez. Se a vítima contrair doença sexual, a pena sofrerá um acréscimo de um sexto à metade do tempo de condenação.”

Quero aproveitar este pequeno tempo que nos cabe para pedir aos colegas que se juntem a nós nesta luta que é importante, digamos assim, como ente social, porque eu trabalho com ação social. Eu me sinto mais do que na obrigação de encampar uma luta num assunto tão importante quanto esse, que é a proteção às nossas crianças.

Nós precisamos lembrar o que queremos ou pensamos dos futuros jovens, dos cidadãos, quem sabe membros deste Parlamento e de toda a sociedade, profissionais de diversos segmentos. Então, eu imagino que todos desejem, sim, uma sociedade sadia, com cidadãos equilibrados, e isso não é possível se uma criança for violentada por um abuso sexual, através da pedofilia e das práticas ilícitas e nocivas, porque é o tipo de crime que deixa marcas irreversíveis no corpo e alma.

Então, eu quero fazer um último apelo aos colegas, hoje será o nosso limite para a coleta das assinaturas, porque amanhã, no primeiro horário, nós estaremos dando entrada na Mesa desta Casa para as providências, na torcida de que seja realmente instalada esta comissão e para que possamos, todos nós...

É uma luta, como eu já disse antes, suprapartidária, é uma questão de cunho social, um tema de extrema importância. Então, eu espero que este tema represente, sim, esta legislatura, a legislatura desta Casa, contando com todos os deputados e deputadas que hoje exercem o mandato parlamentar.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, companheiros da imprensa, populares que ocupam as Galerias Paulo Jackson, subo à tribuna, Sr. Presidente, no dia de hoje, para destacar os avanços alcançados pelo governo Wagner na área da Defesa Civil.

Subo à tribuna hoje para falar da Cordec, órgão responsável pela defesa civil aqui no Estado da Bahia. Antes do governo Wagner, era a Bahia tida como o Estado que possuía a segunda pior defesa civil em todo o Brasil.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente, no ano de 2006, quando o governador do Estado ainda era o Dr. Paulo Souto, a Bahia colocou em seu orçamento apenas R\$ 1,2 milhão para a defesa civil e conseguiu executar apenas R\$ 600 mil. Pois bem, no ano de 2007, nós gastamos R\$ 7,5 milhões defesa civil aqui no Estado da Bahia e orçamos, para o ano de 2008, R\$ 15 milhões.

Esse quadro já demonstra claramente a preocupação e os investimentos feitos pelo nosso governo na área da defesa civil. Para se ter uma ideia de como era tratada a defesa civil no nosso Estado, em 2006, por falta de documentação, que não chegava ao governo federal, apenas seis cidades foram atendidas por carros-pipas naquele

ano. Já em 2007 conseguimos realizar convênios com 132 municípios. Vejam, senhores, o avanço da Bahia nessa área. Além de a Cordec ter um papel importante, principalmente, no combate aos efeitos da seca, ela conseguiu trabalhar com uma amplitude bem maior, com uma nova visão de defesa civil na Bahia, combatendo possibilidades de incêndios, de contaminação a partir do mercúrio e, claro, atuando na reparação por conta de acidentes relacionados à natureza.

Para se ter uma ideia, em 2009 os avanços foram tantos que a Cordec conseguiu viabilizar o repasse de 75 milhões, oriundos do governo federal, para 21 municípios. Falo agora no Pequeno Expediente, quando o tempo é curto e não dá para citar todas as ações dessa coordenação, mas vale a pena salientar que aquela que era a segunda pior defesa civil do Brasil, hoje, é considerada a segunda melhor.

Para concluir, Sr. Presidente, quero parabenizar o coordenador da Cordec, o nosso companheiro Antônio Rodrigues, e o secretário Valmir Assunção, o principal responsável por essa área.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, realizamos, hoje pela manhã, uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública, cujo tema foi Cidadania e Segurança Pública. Abordamos assuntos importantes nesse encontro. E essa comissão já aprovou uma série de iniciativas com o objetivo de resguardar os direitos humanos e de buscar a segurança pública que a nossa população necessita.

Ressalto que uma das medidas aprovadas logo na segunda reunião dessa comissão foi a realização de algumas audiências públicas. E assim já está confirmada uma em Porto Seguro com o objetivo de discutir – além da segurança pública naquela cidade e região –, principalmente, o assassinato dos sindicalistas Álvaro, presidente da APLB local, e Elisney.

Segundo denúncias, eles foram assassinados de maneira brutal, bárbara, numa ação de origem política. Já tomamos a iniciativa de fazer um requerimento ao secretário da Segurança Pública no sentido de apurar rigorosamente esse crime. A Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública irá à Cidade de Porto Seguro no dia 16 para fazer essa discussão, a fim de que os verdadeiros culpados sejam rigorosamente punidos e o crime não fique impune.

Hoje, na audiência pública que realizamos pela manhã, fizemos algumas discussões. Entre elas, a situação do restaurante universitário da Universidade Federal da Bahia. Recebemos os estudantes dessa instituição, que buscam um restaurante que atenda às suas necessidades. O deputado Yulo Oiticica ficou responsável por fazer um relatório da situação do restaurante, para que possamos decidir os encaminhamentos. Além disso, na terça-feira ou na quarta-feira, visitaremos o restaurante, buscando encontrar uma solução para o problema.

Nessa audiência pública, recebemos também os delegados concursados, que solicitam a prorrogação da validade do concurso, que se encerra no dia 7 de outubro. Então, decidimos encaminhar um documento ao governador, solicitando a prorrogação do concurso por mais um ano, para que esses concursados tenham a oportunidade de ser convocados. O governo fez um esforço muito grande, já convocou 40 delegados e, naturalmente, poderá convocar mais. Convocou também policiais civis, 40 investigadores.

E aqui temos a presença de Deiró, presidente da comissão dos concursados da Polícia Civil, que sempre desenvolveu uma intensa luta.

Então, parte desses policiais serão nomeados e outra parte deverá ser nomeada posteriormente.

A audiência pública que realizamos hoje teve como tema Cidadania e Segurança Pública.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores e senhoras jornalistas, senhores e senhoras presentes na Galeria Paulo Jackson, parabenizamos o deputado Yulo por suas palavras, pois disse que o governador, além de contratar 80 pessoas para a Polícia Civil, irá contratar os outros. Mas só contratou esses devido à pressão, às interlocuções, ao constante apelo da Bancada da Minoria.

Até entendemos e consideramos louvável a contratação – e teria que contratar mesmo –, porém tem que contratar os 800 que ainda faltam. Contratou 40 delegados, mas são necessários mais 135 delegados no interior do Estado porque existem 135 municípios sem delegados. Convocou 40 e ainda faltam 60 concursados a serem contratados.

Esperamos que o governo contrate esses 60 e distribua mais os 35, para cobrir os 135 municípios do interior do Estado que não têm delegado.

Estamos vendo aí um problema sério na segurança. É preciso que se contrate o pessoal da Polícia Civil, da Polícia Militar, os delegados, para que essa integração entre Polícia Civil e Polícia Militar possa surtir efeito. Estamos vivendo um grande problema, um grande caos na segurança pública da Bahia.

A prova disso são as estatísticas assustadoras na criminalidade, vimos os incêndios aos postos da polícia, aos ônibus, a todo o momento a insegurança no Estado da Bahia. Não é por incompetência da Polícia Civil nem da Polícia Militar, porque são extremamente competentes e sérios no seu trabalho, os policiais militares, os civis, os agentes da Polícia Civil, os delegados, o problema é de gestão do governo do Estado. Não tem um plano de segurança pública, esse é o problema, desde o início desse governo.

É necessário, sim, o pessoal. É necessário que esse pessoal seja capacitado, treinado, mas é preciso armamento, é preciso viaturas da polícia, é preciso dar as

condições mínimas para que os policiais civis e militares estejam nas ruas dando segurança dentro de uma estratégia de um plano de segurança, com uma gestão boa para a segurança. Infelizmente isso não está acontecendo.

Como disse, nós temos uma Polícia Civil, uma Polícia Militar capacitada, uma polícia ética, uma polícia que, claro, aqui e ali tem os seus desvios, mas onde é que não tem? A maioria absoluta da Polícia Civil e da Polícia Militar tem capacidade e tem condições de fazer a segurança funcionar, é preciso que haja gestão.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estivemos no final de semana no interior, na região de Vitória de Conquista, em Serra Geral, Sudoeste da Bahia, e mais uma vez – vou falar isso porque eu disse que iria ficar cobrando a semana toda aqui – fiz questão de constatar *in loco*, fui de carro de Vitória da Conquista a Brumado – um grande sacrifício, não é, deputado Gilberto Brito, V.Ex^a que também trafega por aquela estrada, mas não é nenhum sacrifício para mostrar que esse governo está enganando mais uma vez. Enganando na propaganda como tem enganado constantemente, mostrando que está tudo as mil maravilhas na segurança pública, está tudo as mil maravilhas na saúde, mostrando não sei quantos quilômetros de estrada, aquele ator que passa dizendo: “estamos inaugurando aqui, estamos ali, estamos acolá”.

Pois bem, lançaram a estrada Conquista a Brumado – para concluir, Sr. Presidente, - e Conquista/Itambé, desde março, fizeram uma grande festa em Brumado, com a presença do então ministro Geddel, que ainda estava no governo, com toda a “*entourage*” do governo, o vice-governador Edmundo, dizendo que a estrada ia começar imediatamente – para concluir, Sr. Presidente, com a sua tolerância contumaz –, com um grande lançamento.

Estrada essa que os recursos já estão no caixa do governo desde o início de 2007. O contrato com o banco é desde dezembro de 2006, ainda do ex-governador Paulo Souto, e aprovado por esta Assembleia. Pois bem, não contratou. Quando chega em julho, o governador Jaques Wagner esteve em Vitória da Conquista, fez um grande lançamento, dando a ordem de serviço: “*Amanhã as máquinas estarão na estrada*”. E estavam, sim, duas patrôis limpando o acostamento, cinco dias depois as patrôis sumiram.

Eu constatei esta semana, estive lá, fui de Conquista a Brumado, de Conquista a Itambé e não começou nada. Nada!

Eu espero a sensibilidade do governador Jaques Wagner para que não fique desacreditado, porque dá a ordem de serviço e no dia seguinte não começou... Como é que fica?

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Para concluir, deputado.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Também espero que ele contrate os policiais civis, os agentes e os delegados para que não continue desacreditado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o deputado Adolfo

Menezes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, hoje, o jornal de maior circulação do Norte e Nordeste *A Tarde* publicou, para vergonha nossa, para vergonha deste Estado, uma matéria inédita, Sr. Presidente, inédita no nosso Estado, deputado Gildásio, que é o afastamento de um desembargador, acusado de vender sentenças! Coisa que a Bahia toda ouve e ninguém se escandaliza mais. Há muito se fala, na Bahia, de venda de sentenças no Tribunal, e as coisas vão ficando por isso mesmo. Ainda bem que o Conselho Nacional de Justiça, deputado Luiz, - esperando que o Tribunal agisse... mas como o corporativismo não deixou que nada acontecesse, o Conselho Nacional de Justiça tomou posição e afastou o desembargador, para vergonha nossa, caso inédito aqui na Bahia.

Há poucos dias, depois de muita relutância do Tribunal, também três juízas foram afastadas.

É por isso, Srs. Deputados, que a cada dia acontecem casos escabrosos em vários municípios da Bahia e vemos que não é a justiça que funciona na maioria dos casos. É dinheiro, é propina, como hoje o jornal *A Tarde* mostra no nosso Estado.

Sempre falei aqui, para não falar de vários municípios, deputado Paulo Rangel, de um município que serve bem para demonstrar o que acontece com a nossa Justiça, deputado Sérgio Passos presidindo esta sessão, nesta tarde: o município de Cansanção, deputado Luiz de Deus, teve o prefeito afastado no primeiro mês da sua administração, janeiro deste ano, devido à falsificação total da ata de escolha de candidato naquele município, comprovado com laudos periciais da Polícia Federal, por duas vezes, deputado Luiz de Deus. E até hoje se encontra dirigindo aquele município o presidente da Câmara, que vem a ser irmão do ex-prefeito que perpetrrou toda essas “trambicagens,” e o ex-prefeito é tesoureiro do irmão prefeito.

Nós já estamos praticamente no mês de outubro, e a Justiça da Bahia não faz absolutamente nada ou faz, por outro lado. Eu não estou aqui afirmando, mas pela manchete do jornal *A Tarde*, vemos o que é que está por trás desses absurdos que nós ouvimos e temos ciência que todos os dias acontecem. Não é feita justiça. Deveria ser feita. É como disse, deputado Sérgio Passos, deputado Paulo Rangel, eu que me sinto tão pequeno quando eu leio alguma coisa de Ruy Barbosa, aquele “monstro”, no bom sentido... Lembro-me bem, há muitos anos, andei no Fórum, Ruy Barbosa, deputado Luiz de Deus, e lá tem uma frase que diz mais ou menos, logo no saguão, na entrada: “O pior de todos os crimes, o que mais atenta

contra a civilidade de um povo é o crime praticado por aqueles que têm a obrigação de zelar pela Justiça. Quer dizer, o pior de todos os crimes é do tipo desses de que temos conhecimento. E o Conselho Nacional de Justiça acaba de comprovar e tomar medidas duras, para vergonha de nosso Estado, afastando juízas que venderam sentenças e também desembargador. E esse desembargador, deputado Luiz, coincidentemente, o conheço muito bem, dirigiu uma eleição em 1982 em Campo Formoso, e coincidentemente, Sr. Deputado João Carlos, esse desembargador foi o único juiz na história de Campo Formoso, apenas uma coincidência, gosto bem de

lembrar, que teve casa em Campo Formoso, e uma das melhores,...

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Para concluir, deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente.

(...) deve ter sido uma tremenda coincidência, Srs. Deputados!

Então, é uma vergonha, e muitos, às vezes, não tocam no assunto, porque têm problema no tribunal, porque têm receio de criticar, de falar sobre a Justiça e, amanhã, precisar dessa Justiça, ou injustiça, melhor dizendo, e serem prejudicados. Mas não posso me calar, sei que não vou consertar absolutamente nada, mas não posso me calar ao ver uma manchete no jornal de maior circulação do Norte e Nordeste e ninguém se espantar mais, achando tudo normal, natural, para vergonha de todos nós.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Dando continuidade ao Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Luiz de Deus por até 5 minutos. Na desistência do deputado Luiz de Deus, eu mesmo farei uso da palavra por até 5 minutos.

Deputado Adolfo Menezes, queira me substituir aqui na Mesa.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Sérgio Passos pelo restante do tempo.

O Sr. SÉRGIO PASSOS:- Sr. Presidente deputado Adolfo Menezes, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas, minha presença aqui nesta tribuna é apenas para dar uma boa notícia ao pessoal da região do sisal. Algum tempo atrás, em audiência com o governador Jaques Wagner, nós lhe trouxemos uma ideia de grande valia para aquele povo. Sabemos que o grau de salinização da água da Barragem de São José chega aos extremos, tornando praticamente essa água inútil para o consumo humano. Ainda serve para o uso doméstico, porém para o consumo está muito abaixo dos níveis desejados e preconizados por parte dos órgãos de saúde.

Graças a Deus, a nossa ideia foi acolhida pelo governador, que já está tomando a iniciativa de trazer água da Barragem de Pedras Altas, localizada no município de Capim Grosso e que será captada de forma bruta, tratada nas estações de Capim Grosso e São José, e encaminhada para toda a região do sisal, além daquela região da Bacia do Jacuípe. Serão beneficiados, especialmente, o que nos levou ao pedido, os municípios de Capim Grosso, São José, que nós representamos aqui nesta Casa, Quixabeira, parte do município de Jacobina, os municípios de Gavião, Valente, Nova Fátima e outros municípios.

As minhas alvíssaras para o povo daquela região é em função de já ter chegado ao Povoado de Pedras Altas a tubulação. Chegou, foi licitada, comprou-se a tubulação, já está lá no local e, agora, licita-se o serviço. Mas também me traz aqui um motivo de grande preocupação que me foi levado por um vereador representante do povoado de Pedras Altas, município de Capim Grosso. Nós não podemos, no afã de levar água para o consumo humano, esquecer de deixar quantidade suficiente para que seja feita irrigação no leito em torno da barragem. Sabemos que, em primeiro

lugar, a água deve servir para o consumo humano, mas não podemos esquecer que essa mesma água deverá ser usada em parte para a produção de alimentos, que são importantes não só para nutrição dos seres humanos, como também para a movimentação da economia do município de Piemonte, na Chapada Diamantina. E Pedras Altas, uma barragem de quase 40 milhões de metros cúbicos de água, tem água suficiente para dar ao ser humano, para mitigar a sede e também para a produção de alimentos, como é feito com a barragem de Ponto Novo.

Acreditamos que lutamos aqui, preconizamos e discursamos, para que as barragens que foram construídas no governo Paulo Souto tenham esse aproveitamento mais racional no sentido de dar água para o ser humano e ajudar na produção de alimentos, o que poderá baratear os alimentos, democratizar o acesso e gerar recursos na economia da região.

Eram essas minhas palavras, Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de estar aqui. Parabéns ao povo da região do sisal, parabéns ao Governador Jaques Wagner por essa nova iniciativa e parabéns principalmente ao povo da região de Capim Grosso, São José e Gavião.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra pelos 3 minutos restantes, o deputado Gilberto Brito.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Sr. Presidente Adolfo, eu não poderia me furtar de aproveitar os 3 minutos para trazer aqui uma notícia extremamente confortante, deputada Maria Luiza Carneiro e deputado Luiz de Deus.

O Josevaldo Flor dos Santos estudou da 1ª a 4ª série primária no Brejo de Santana Teresa, em Paramirim; da 5ª a 8ª série estudou na Escola Família Agrícola, em Paramirim; do 1º ao 3º anos colegiais estudou no Colégio Antonio Carlos Magalhães, em Paramirim, e ao longo desse período trabalhava como auxiliar numa padaria; levou mais um ano ou dois trabalhando, fez suas economias, veio para cá, ficou na Casa dos Estudantes de Paramirim, submeteu-se ao vestibular, passou para Engenharia Civil dentro da cota de alunos da rede pública de ensino. Quando fez a matrícula para o curso, a universidade, inicialmente, indeferiu. Buscamos a Justiça Federal e, ontem, por uma grandiosidade e sensibilidade da magistrada que julgou o processo, obteve-se a liminar para que Josevaldo Flor dos Santos venha a se matricular no primeiro ano de Engenharia da Universidade Federal da Bahia.

Sem dúvida nenhuma, Josevaldo Flor dos Santos deixa de ser uma flor, é uma semente, é um fruto, é uma árvore frondosa de exemplo para todos que dignificam e lutam com dignidade enfrentando as dificuldades da vida.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar por 25 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicialmente, queria agradecer à Bancada e à Liderança do PMDB por ter-me cedido esse espaço para utilização do PTN.

Os deputados da base do governo e principalmente a Secretaria da Segurança Pública e o seu secretário negaram peremptoriamente que houvesse toque de recolher ou pedágio nos bairros populares de Salvador e Região Metropolitana. Mas, nesses dias, estamos tomando conhecimento de que o toque de recolher e os pedágios que tanto denunciávamos aqui tem-se ampliado na cidade de Salvador.

A cidade de Salvador, deputada Maria Luiza, vive sitiada pela crise que o PT instalou nos quadros da administração da Bahia. O toque de recolher existe na Mata Escura, deputada Ângela, na Baixa do Tubo, do Bairro da Paz; na Baixa Fria, na Boca do Rio; no Camarão, lá no Calabar; no Alto das Pombas; no Areal, no Nordeste de Amaralina; na Baixinha de Mussurunga; no Parque São Cristóvão; na área de São Cristóvão também, no Planeta dos Macacos; na União Paraíso; na Invasão Yolanda Pires e na Baixa do Tubo, dos Pernambués, onde ontem a polícia trocou tiros com bandidos e matou três supostos marginais, supostos, porque a polícia de Wagner mata-os e diz que houve resistência à prisão.

E só jovens negros, da periferia, resistem à prisão. Não há auto de resistência com relação a jovens brancos nesta cidade, porque a polícia de Wagner é racista e, especialmente na área da segurança, desenvolve uma política de crimes por racismo. E tanto o governo quanto a sua área da reparação não dizem nada. O governador Wagner gosta dos afro-descendentes, mas só quando eles tocam tambores. O governo Wagner não valoriza os afro-descendentes. O governo Wagner se utiliza dos afrodescendentes para fazer suas festas, suas promoções, mas a tal Secretaria da Reparação, por exemplo, presidente, até hoje não desenvolveu uma política para combater o verdadeiro genocídio que ocorre em Salvador, o qual é direcionado a uma etnia que não só contribuiu para a construção deste País mas também é a maior força deste País.

Mas eles criaram a Secretaria da Reparação Racial como criaram a Secretaria da Copa, a Secretaria de Projetos para apenas dar emprego aos cabos eleitorais do PT, porque é isso que esse partido tem feito, e esse o modelo que ele tem instalado no País. O PT, como diz o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho, é “o partido da boquinha”, pois não pode ver um emprego, um organismo do Estado que não vá lá, deputado Luiz de Deus, aparelhar e empregar seus cabos eleitorais. E, depois, as denúncias de corrupção, como as que estão presentes no governo da Bahia, no governo federal, fruto desse aparelhamento desregrado.

Pois bem, nas áreas que citei aqui, como a Invasão Yolanda Pires, o Planeta dos Macacos, o Camarão, no Calabar, deputado, carteiro, caminhão do gás, leiturista da Embasa, da Coelba, serviços de entrega em domicílio, agentes de endemias e outros prestadores de serviço não entram por receio aos narcotraficantes, que restringem o acesso de trabalhadores a essas comunidades.

É esse o quadro que a gente vive hoje em Salvador, que está à marginalidade,

aos narcotraficantes, e não há nem sequer uma política pública que venha a combatê-los.

Tenho visto o deputado Yulo Oiticica fazer discursos entusiasmados à filosofia do Pronasci, e me associo a nos elogios a essa filosofia. Agora, deputado, o problema é que na Bahia a incompetência da gerência do governo Wagner impede que as ações do Pronasci sejam executadas.

Tivemos, na semana passada, até uma equipe de *A Tarde* impedida de entrar num bairro para verificar uma ocorrência de incêndio. Enquanto a Oposição aqui, diariamente, alertava para o toque de recolher, não se tomavam providências. Mas aí uma equipe do jornal foi impedida de entrar num bairro quando ia fazer uma matéria sobre um incêndio, e isso ensejou editorial em vários *blogs* da cidade, inclusive no *Bahia Notícias*, que trata do Estado marginal. A Bahia vive hoje sob as ordens de um Estado marginal onde quadrilhas de narcotraficantes demarcaram território, hastearam a sua bandeira e determinaram o fim de um princípio constitucional básico da cidadania: o direito de ir e vir.

Tenho visto nesta Casa a base do governo se preocupar, o que é justo, com as restrições à liberdade em Honduras, mas são incapazes de reconhecer ou apresentar uma solução para o impedimento hoje existente, real do direito de ir e vir na cidade de Salvador.

A maioria dos deputados aqui têm as suas bases no interior, mas todos residem nesta grande cidade, e digo a qualquer um deles: se não têm incursões em bairros populares, perguntem às pessoas que prestam serviço a V.Ex^{as}. como é a realidade diária num bairro desses. Como é viver na Baixinha de Mussurunga? Como é viver na Baixa do Tubo, lá no Bairro da Paz, com horários determinados pelo narcotráfico e impedimento de pedir qualquer serviço domiciliar, seja um grave caso médico, deputado Luiz de Deus, seja uma prosaica pizza. Ligue para um funcionário dum serviço desses em domicílio, quem mora na Baixa Fria, na Boca do Rio, pedindo-lhe pra ir lá fazer uma entrega pra ver se ele vai, deputado Luiz de Deus! Não vai, como não vão os agentes de saúde ou limpeza, porque o narcotráfico os coloca para correr, ameaçando as suas vidas!

E é esse o governo que se auto intitula o da Bahia para todos! Da Bahia para todos os companheiros que arranjam um emprego na máquina pública no maior processo de cooptação que este Estado já viu, porque não se escolhe secretário nem dirigente no governo Wagner pelo mérito, não! Escolhe-se para agradar ao chefe de um partido político! É esta a triste realidade a que estamos submetidos na Bahia!

Sobre esse episódio do toque de recolher em Salvador, diz ainda o citado jornal “que a Secretaria da Segurança Pública fazia de conta que não existia o território dos bandidos, ou até desconhecia.” Dr. César Nunes foi a diversos veículos de comunicação, chegou a ir a alguns bairros, tudo preparado. E no dia em que o secretário da Segurança vai a um bairro popular desses, primeiro mandam avisar ao narcotráfico que vão para que os traficantes se recolham. E depois botam um aparato policial digno do que protege o governador Wagner, o único cidadão baiano que tem direito à segurança. O governador Wagner anda em carro blindado, anda de

helicóptero e tem mais de 50 ou 100 policiais, diariamente, lhe dando proteção. É o único baiano beneficiado pela política de segurança deste desgoverno que infelicitiza a Bahia.

Pois bem, foi preciso a imprensa denunciar o caso para que se tomasse alguma providência. Mas passou-se uma semana e não vimos qualquer efeito dessas providências, não tem uma mudança sequer nessas áreas que dê àquela população o conforto ou a sensação de que o serviço público, de que a administração pública está lá protegendo.

É um governo da mentira midiática, é um governo que vende uma imagem como se vivesse na Suíça. Aliás, este governador viaja tanto, passeia tanto no exterior que – acredito - por problemas de mudanças de fuso horário há horas que ele não sabe se está em Salvador, da Bahia, ou se está numa grande capital europeia, onde ele tanto gosta de ir.

Houve, nessas ditas mudanças anunciadas pelo governador Wagner, um primeiro enfrentamento para dar uma satisfação à sociedade: troca de tiros, mas os bandidos conseguiram fugir mantendo o espaço. Não há mais diferença entre o Rio de Janeiro, com seus bairros ocupados pelo narcotráfico, e os bairros de Salvador. Aliás, acho que o Rio de Janeiro hoje, deputado Luiz de Deus, está numa posição melhor. Lá conseguiram desenvolver uma política de segurança pública, juntamente com o Estado de São Paulo, e a bandidagem saiu do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Vitória para vir também desfrutar as delícias e a tranquilidade desta bela cidade do Salvador, que não tem uma política de segurança. A situação da insegurança que assola a Bahia está insustentável, principalmente na Região Metropolitana e, sobretudo, em Salvador. Há necessidade de um plano de gestão na segurança pública e ações efetivas contra a criminalidade.

Hoje a imprensa já noticia e constata o que vínhamos falando, e precisou de uma equipe de reportagem de um grande jornal ser intimidada pelo banditismo para que o Sr. Governador tomasse conhecimento do fato. O governador não sabe o que ocorre no seu governo porque não gosta das tarefas administrativas. Segundo a revista *Veja* - a revista *Veja*, deputado Paulo Renato, não sou eu, de maneira alguma -, o governador é preguiçoso, Segundo a revista *Veja*, o governador não gosta de trabalhar, o governador não cuida no dia a dia da máquina governamental. A vida do governador é conversando com os presidentes da Assembleia, do PSB, do PT, desses pe' s todos que temos na política brasileira, para tratar de politicagem. O governador não trata de um assunto sequer de interesse dos baianos.

Aí o PT, com a sua tendência para o “assembleísmo”, com a sua tendência para discursos bonitos, diz que precisamos resolver as graves questões das desigualdades sociais na Bahia. É lógico que precisamos resolver as questões sociais da Bahia. Mas, se formos esperar, deputado Luiz de Deus, para que consertemos a segurança pública somente depois que resolvermos a guerra do Afeganistão, que resolvermos o conflito entre Direita e Esquerda, que resolvermos o problema do capitalismo, nem nossos netos estarão mais vivos para se beneficiarem, deputado Sérgio, de uma política de segurança pública.

Em Salvador e na Região Metropolitana, o tráfico impõe a lei do silêncio às comunidades que vivem com medo. Há ausência do aparato de segurança, porque para termos segurança na capital foi preciso deslocar o policiamento do interior. O governador teve que retirar as companhias especiais que atuam no interior do Estado para virem para a capital, e hoje o interior reclama que a criminalidade aumentou. Cobriram um santo e descobriram outro.

É esta a política de segurança: trazem a polícia do interior para reforçar o policiamento da capital e deixam o interior entregue à bandidagem. Hoje, temos no interior do Estado diversas agências do Banco do Brasil fechadas. Hoje, por causa da greve. Mas é comum, deputado Luiz de Deus. Posso citar aqui mais de cinco ou dez municípios onde as agências do Banco do Brasil ficam fechadas por 15, 20 dias durante o mês, porque os gerentes não têm segurança.

E a Bahia, antes do governo Wagner, era um exemplo na área de segurança. Os índices da Bahia eram muito menores do que nos outros Estados. O que ocorreu? O que é de estrutural que aconteceu para que a Bahia, hoje, esteja entregue a essa onda de violência? Vemos hoje serem comuns as rixas entre gangues na capital, a ausência dos policiais, os jovens sendo cooptados pelo tráfico, diante das poucas ações nas comunidades, onde falta tudo. Faltam saúde, educação e lazer.

O governo Wagner, numa medida mesquinha, numa medida de perseguição política, acabou no Nordeste com o programa que era referência nacional, que era o Viva Nordeste. Apenas porque este programa foi criado pelo governo Paulo Souto.

E o que ocorre hoje? O que ocorre é que no Nordeste não há uma política social de governo. Mas, deputado Yulo, era aquilo que eu dizia. Acabo de receber a triste notícia. O governo federal pode suspender a verba do Pronasci para 21 Estados. O Pronasci, sem sombra de dúvida, é um grande programa estruturante na área da cidadania e da segurança pública.

O Ministério da Justiça decidiu suspender o repasse de verbas do Pronasci para 21 Estados. Os punidos deixaram de gastar a verba do ano passado ou não prestaram conta dos valores repassados. Seis Estados gastaram menos de 30% do valor disponível em 2008.

O Pronasci, deputado Heraldo Rocha, vai ser suspenso na Bahia. Não é problema de falta de dinheiro, porque dinheiro eles têm demais. O problema é de competência. A Bahia será punida porque não conseguiu aplicar os recursos do Pronasci.

A Bahia não está acostumada a prestar informações.(lê): “ *Agora acabou, fechou a torneira. No fim do ano vamos priorizar os estados que estão fazendo direitinho. Ou os estados estão muito firmes nessa política conosco, ou não vão receber. Se querem manter a tradicional política de segurança pública ultrapassada, façam com seus recursos próprios. Se querem uma nova cultura de segurança pública, vão ter que seguir as nossas regras. Aqueles que não estão prestando contas vão cair fora e não recebem mais em 2009- afirmou Luiz Paulo Barreto, secretário-executivo do Ministério da Justiça.*”

Quem está dizendo isto, deputado Heraldo Rocha, não é a Oposição, é o

secretário executivo do Ministério da Justiça quem está dizendo a Wagner: “Wagner, ou você trabalha, ou a Bahia vai ser penalizada. Wagner, ou você muda a sua política de segurança pública, ou não vai receber dinheiro”.

Deputado, Bira Corôa, é o secretário executivo do Ministério da Justiça que afirma que a Bahia só aplicou 30% do que tinha direito no Pronasci. É uma vergonha, deputado! É por isso que estamos hoje submetidos à bandidagem.

Aí não há herança maldita, deputado Álvaro Gomes. A herança não é maldita não, a herança maldita que temos é a herança de 3 de outubro de 2006 quando os baianos elegeram Wagner. Essa é a herança maldita!. Essa é a herança que infelicitou o Estado. Porque temos um governador que não consegue colocar a sua equipe para trabalhar. Temos um governador que não dá um norte, não dá um rumo à sua administração. Temos um governador que tem toda boa vontade do presidente Lula para ajudar o Estado, mas ele não faz a parte dele, ele não cumpre com o seu dever.

Tenho sérias críticas ao governo federal, mas essa não posso fazer. O presidente Lula destinou os recursos para a Bahia sim, e a Bahia perde porque o governador não tem capacidade para tocar os projetos, porque a sua equipe não elabora os projetos, só está cada um preocupado com a sua candidatura, deputado Álvaro Gomes, e vão prejudicar V.Ex^a. Porque lá é o filho de fulano que sai pelos municípios distribuindo dinheiro; lá, é o irmão de sicrano que faz as indicações; lá, é o secretário tal que aparelhou a secretaria para o seu partido. E, justiça seja feita, não é, deputado Bira Corôa, do seu partido. Não são os petistas que estão se beneficiando tanto com a gorda máquina da política do Estado da Bahia.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao Representante do PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Falará o deputado Paulo Rangel por até 10 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, subo à esta tribuna pela primeira vez como Líder do PT para alertar o governador Jaques Wagner da forma como a direção da empresa *Bahia Pesca* tem se comportado, aparelhando-a, principalmente na área do São Francisco com ações voltadas para a eleição do deputado Mario Negromonte Filho.

Sr. Presidente, até parece que a Bahia Pesca virou uma casa de mãe Joana. Pelo que me consta, o deputado Mário Negromonte Filho não é funcionário da Bahia Pesca, não é funcionário da Secretaria da Agricultura, aliás, é assessor da Seinfra. No entanto, tem aparelhado aquela empresa, fazendo uso de carros oficiais da Bahia Pesca, fazendo distribuições de alevinos e, pasmem, senhores, 256 famílias vinham sendo capacitadas para explorarem tanques-rede na área do Lago do Sobradinho, cerca de 96 tanques-rede.

Hoje, num evento em Sobradinho no qual um vereador passou a apoiar as candidaturas do deputado Mário Negromonte Filho e Mário Negromonte pai, o mesmo esteve lá proferindo discurso em nome da Bahia Pesca, como se ele fosse o pai desse convênio e dizendo que levaria esse convênio, dentro de 30 dias para Sobradinho, para uma associação escolhida por ele, que não tem um só piscicultor. Isso é uma vergonha, isso é uma indecência.

Nós sabemos do potencial da Bahia Pesca. Inclusive, quero dizer aqui, que com esse tipo de gestão não me surpreendem os resultados que vêm sendo alcançados pela Bahia Pesca. Até porque a Bahia Pesca não tem conseguido, eu diria, se atualizar em relação aos convênios federais por conta de irregularidades apontadas; a Bahia Pesca não tem trabalhado ações estratégicas como deveria. Está aí, talvez, um ponto que explique a ineficiência da Bahia Pesca, principalmente na atual gestão que é o definitivo aparelhamento. Inclusive, um dos gerentes, o gerente de operação, tem dito o seguinte: 'na região do São Francisco a Bahia Pesca está para eleger o deputado Mário Negromonte.'

É por isso, Sr. Presidente, que não me surpreende, inclusive, que a empresa chamada Agropac que quando assumimos o governo era quem fornecia ração, há bastante tempo, para a Bahia Pesca. Há algum tempo deixou de fornecer e agora volta a fornecer ração para a Bahia Pesca. E, pasmem os senhores, enquanto a ração para peixe nos balcões está por 2,80 reais o quilo, a Bahia Pesca está comprando a 5,18 reais o quilo de ração de primeira qualidade. E de segunda qualidade de 1,60 reais, pelo preço de 3,10 reais.

Eu acho que é preciso se apurar realmente porque isso está acontecendo. Já fui administrador da Chesf, em Paulo Afonso. Comprar ração com dispensa de licitação! Nós temos que trabalhar dentro de uma visão de planejamento. Então, não me surpreendo se houver mais ineficiência administrativa dentro da Bahia Pesca.

Eu, deputado Luiz de Deus, até torço para que o candidato Mário Negromonte Filho venha a ser representante da nossa região. Mas não dá para que este Estado passe a vergonha que passou com a representação da Bahia Pesca indo ao administrador da CHESF, em Paulo Afonso, sem nenhum membro formal. Ou seja, cabos eleitorais representando a empresa. Isso é uma vergonha! É dose pra leão! E alimentar leão com esse preço de ração, a coisa começa a ficar feia. Repito, começa a ficar feia.

Nós do Partido dos Trabalhadores confiamos no espírito republicano do companheiro Jaques Wagner. Mas não podemos nem vamos admitir esse tipo de prática na Bahia Pesca, empresa tão importante para o desenvolvimento do nosso Estado.

O Sr. Luiz de Deus:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Com o aparte o deputado Luiz de Deus.

O Sr. Luiz de Deus:- Deputado, agradeço o aparte que V.Ex^a me concede.

Devo dizer a V.Ex^a que há alguns dias, quando o novo secretário assumiu a Agricultura, fez o seguinte alerta ao governador: “Governador, abra o olho! Essa secretaria não vai ser nada mais nada menos do que uma instituição para atender a um

pequeno número de políticos, ficando longe de atender os anseios dos agricultores deste Estado.”

Essa denúncia que V.Ex^a faz é verdadeira. E recordo de que agora no almoço um deputado me disse: “Luiz, em toda atividade humana existem os bons e os maus profissionais; existem aqueles que têm caráter e os que não têm. Infelizmente, na política esse número é bem maior do que em qualquer outra atividade humana.”

Veja como se utiliza uma instituição com a única finalidade de enganar o povo. V.Ex^a disse muito bem que não existe um sequer dessa associação que seja piscicultor. Olha o que ocorreu no município vizinho ao nosso, Glória, onde estava havendo a distribuição de alevinos para serem colocados em tanques que 2 ou 3 meses depois estavam secos. Qual o objetivo disso? É eleitoreiro, a intenção é enganar esse povo já sofrido.

É isso que fazem os maus, os péssimos políticos, aqueles destituídos de bom caráter – digamos assim, não vou dizer aqueles sem caráter, não – ou que têm pouco caráter. V.Ex^a traz nesta tarde uma denúncia séria. O que o senhor diz sobre o preço da ração? Afirma que variou de R\$ 2,80 para cinco e tanto; o outro, de R\$ 1,60 para três e tanto.

V.Ex^a falava que isso é dose pra leão! Não digo que seja dose pra leão, deputado, mas é para um gato ficar, realmente, muito gordo. Se eu confirmasse o que o senhor falou sobre dose pra leão, eu podia ser mal interpretado por outros secretários. E esta não é a minha finalidade. Entretanto eu diria que deixará bastante gordo um gatinho, digamos assim.

Agradeço o aparte.

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço pelo aparte de V.Ex^a.

Concluo, Sr. Presidente, alertando o nosso governador e os membros do conselho da Bahia Pesca para que fiscalizem essa empresa e não deixem que seja usada apenas como instrumento de barganha política. Enfim, não permitam que a sua representação seja banalizada da forma como está sendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar orador, por até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o deputado Gaban, por até 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Questão de ordem do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, só para informar que houve uma permuta. Agora seria o horário do PSB, e posteriormente o do PTN. Nós concordamos em fazer uma permuta: o PTN fala agora e depois o PSB falará.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Acatada a questão de ordem, deputado Álvaro Gomes.

Com a palavra o deputado Gaban, por até 10 minutos.

O Sr. GABAN:- Meu caro presidente, Srs. Parlamentares, inicialmente, deputado Álvaro Gomes, agradeço a V.Ex^a a permuta do horário.

Eu tenho outro assunto a tratar, mas não poderia, deputado Paulo Rangel, deixar de mudar o início do meu pronunciamento para parabenizá-lo. Apesar das posições político-partidárias totalmente divergentes das que eu tenho, V.Ex^a é um parlamentar por quem eu sempre tive muito respeito, tanto por seu passado quanto por seu presente. V.Ex^a é uma pessoa que sabe o que quer, tem a linha, sabe como usar a tribuna, sabe como diferenciar posicionamentos políticos de posicionamentos pessoais.

E V.Ex^a, preocupado com o governo Wagner, fez aqui uma denúncia seríssima, apresentando números. Denúncia essa que contou com a colaboração do deputado Luiz de Deus, que fez um pronunciamento no mesmo sentido do de V.Ex^a. E ela merece, sem dúvida, deputado Paulo Rangel, uma ação do Ministério Público, que tem a obrigação de investigar. Isso é uso indevido da máquina estatal visando a uma possível candidatura a deputado estadual. Quer fosse federal, quer fosse o que fosse, não se pode usar a máquina indevidamente.

Eu acho que quem age com correção tem que fazer como V.Ex^a fez, tem que, às vezes, atirar, metaforicamente, no próprio pé, para dar transparências às ações do governo Wagner. Talvez se fosse o inverso,... Nós, quando há denúncia da Oposição, temos muito cuidado para fazê-las, até porque, se não tivermos dados, podemos envolver pessoas sem comprovação.

V.Ex^a traz dados e mostra, pelo menos de sua parte, a seriedade com que trata a administração pública e o zelo que cada um tem que ter, aliado ou não. Esse posicionamento, nós temos que parabenizar.

Não podemos, apenas visando um apoio político, futuro, usar indevidamente a máquina estatal, porque, sem dúvida alguma, esse fato seria comprovado lá na frente pelo Tribunal de Contas do Estado, mas estaria envolvido diretamente o governo Wagner se não houvesse a denúncia feita por V.Ex^a.

Então, parabenizo-o, deputado Paulo Rangel, por sua atitude neste momento, que enobrece o Parlamento baiano, para que tenhamos transparência na utilização dos recursos públicos.

Mas eu não poderia, também, voltando ao assunto que me traz aqui, neste momento, deixar de questionar e lamentar, mais uma vez, a passagem do secretário da Fazenda por mais uma audiência pública.

Venho alertando desde o início deste ano sobre a falta de gestão, a falta de compromisso e a falta de conhecimento de Carlos Martins em relação à pasta que administra.

Quando ele apresentou um saldo de R\$ 1 bilhão, num primeiro momento, todos nós ficamos satisfeitos. Descontados os restos a pagar e os compromissos a médio prazo, ele disse que havia R\$ 1 bilhão em caixa, o que mostraria que a Bahia seria um

canteiro de obras. Analisando o balanço, vi que era uma inverdade. Denunciei isso, disse que não era verdade. Ele passou a informação errada para alguns parlamentares de sua Base, que vieram aqui dizer que eu estava mal assessorado. O próprio Tribunal de Contas comprovou que em vez de R\$ 1 bilhão em caixa, ele tinha era um déficit de R\$ 374 milhões. Ele cancelou empenhos já liquidados para maquiar o balanço do Estado, mas a coisa não parou por aí! Eu questionava e continuo questionando o secretário e, infelizmente, eu estava certo de que ele estava apenas resolvendo o problema de caixa do Estado, não estava resolvendo, nem atuando para melhorar a arrecadação. E o resultado não poderia ser diferente. A Bahia, no primeiro quadrimestre, ficou em último lugar do Nordeste e em penúltimo do Brasil.

Não adiantaram as recomendações que dávamos! Ele antecipou o dinheiro do Fundeb – que deverá ser reposto até o final do ano -, pegou dinheiro da Embasa, pegou dinheiro do Funprev – que seria para dar a curva equatorial e garantir o pagamento ao servidor público quando de sua aposentadoria -, pegou dinheiro, indevidamente, do IPRAJ – o que gerou um projeto que está tramitando nesta Casa, deputado Heraldo Rocha, para extinção do IPRAJ, em razão do posicionamento do Conselho Nacional de Justiça, que considerou esse empréstimo irregular -, e contraiu empréstimo do BID e do BNDES, mas ele tem medo! Isso é contraditório e não pode existir! Ele teve medo de me dar uma cópia do contrato do BID e do BNDES, mas eu vou conseguir! Tenho meios e vou conseguir, porque ele está escondendo alguma coisa. Qual o mal em fornecer um contrato, que é público, a um membro da Comissão de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa?

Carlos Martins deve estar escondendo alguma coisa, mas o que ele não pode esconder da Bahia é a situação do Estado que, no segundo quadrimestre deste ano de 2009, decorridos quase nove meses, continua na incômoda posição, apesar da crise, de último lugar em crescimento e arrecadação do Nordeste e na posição de penúltimo lugar no Brasil. Isso nos irrita, nos incomoda e nos mostra incompetência do secretário Carlos Martins.

Só existem três Estados brasileiros onde a arrecadação de 2009, comparada com a de 2008, caiu: Amazonas, Bahia e Minas Gerais. Só que no Amazonas e em Minas Gerais os pagamentos estão em dia e, na Bahia, houve filas de empreiteiros cobrando dívidas do ano passado; houve a manifestação dos professores e alunos universitários, são mais de 7 mil alunos sem aula, porque não há dinheiro para contratar professores universitários. No ensino médio, não é diferente, porque há agrupamento de alunos povoando salas de aula, porque não existe dinheiro para contratar professores.

Fiz vinte e um questionamentos ao secretário, e ele disse que não iria responder, porque os julgava políticos. Ele diz que os questionamentos são políticos, porque não conhece, não saberia e não sabe responder os questionamentos que fiz, da mesma forma que, no primeiro quadrimestre, ele não conseguiu responder, e o que respondeu, respondeu mal, o que motivou uma ação do Tribunal de Contas do Estado para fazer uma vistoria especial nas contas do governo.

Para o registro nos Anais da Casa, lerei os questionamentos que fiz pertinentes

à Lei de Responsabilidade Fiscal:

Sr. Secretário, a despesa de pessoal do Poder Executivo se aproxima perigosamente do limite prudencial, correto? Ele sabe que é, pois estou afirmando.

Hoje, existe apenas uma folga de R\$ 105 milhões. A Sefaz dispõe de algum tipo de estudo que projete a relação percentual entre a despesa de pessoal e a receita corrente líquida - RCL? Ele não respondeu porque não sabe!

O 13º salário é uma despesa diferida. Por essa razão o Tribunal de Contas do Estado fez uma recomendação para que essa rubrica fosse contabilizada a razão de 1/12 por mês. O Estado da Bahia acatou essa recomendação? Ele não sabe, por isso que não respondeu!

Quanto o Estado da Bahia falta contabilizar do 13º salário do servidor público? Ele não respondeu porque não sabe! É um incompetente, não comanda sua pasta!

Será que o Poder Executivo não ultrapassaria o limite prudencial, caso tivesse atendido a recomendação do Tribunal de Contas do Estado? Da mesma forma ele não soube responder.

(Lê) *“De Maio até Agosto a RCL aumentou em R\$ 500 milhões, em virtude de alguns artifícios, tais como mudança de sistemática na contabilização das transferências correntes e antecipação do FUNDEB e FEX. Entretanto, no último mês a RCL foi reduzida em R\$ 46 milhões. Mantida esta tendência combinado com o aumento salarial e a contabilização do 13º salário, o Poder Executivo se manterá enquadrado no limite?”*

Não respondeu!

E são várias outras perguntas, são 21, que não vai dar tempo para lê-las. Vou deixar com a Taquigrafia para que sejam consideradas como se fossem lidas. O mais importante é que não temos secretário da Fazenda no Estado.

E essa posição de último do Nordeste e penúltimo do Brasil me incomoda porque gosto da Bahia.

Finalizo dizendo como disse Mário Kertész: “Esse guarda-livros já tardou de ir embora”, como tardou o secretário da Educação, pela sua pífia atuação à frente dessa importante pasta.

Secretário da Fazenda, Carlos Martins, vá embora, ajude à Bahia, para que se ponha, efetivamente, um secretário da Fazenda que nos tire dessa incômoda posição em que os investimentos estão indo, tanto na área metalúrgica como na de refino de petróleo e na de portos, para o Maranhão, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro. E a Bahia olhando, sem ter nada.

Vá embora, secretário, e ajude à Bahia! É melhor o governo do Estado lhe pagar para ficar em casa do que pagar para o senhor mal administrar a Secretaria da Fazenda. E não seja mais cínico, secretário! Quando não souber responder aos questionamentos, não faça como fez no primeiro quadrimestre de 2009, não repita o que fez no segundo quadrimestre de 2009, traga um assessor que saiba o que responder. Vamos fazer um debate e quem ganha é a Bahia. Porque se debatêssemos, se ele tivesse a mínima condição de entender – mas ele não entende porque é fraco –, a Bahia poderia estar em outro rumo.

No mínimo, Sr. Presidente, diríamos a ele: “Copie o que os outros estados estão copiando, que está dando certo. Por isso os outros estão crescendo, e a Bahia, caindo.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o Líder da Maioria ou o representante do PSB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes, pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, queria saudar todos os presentes nas Galerias Paulo Jackson.

Inicialmente, queria dizer que o secretário Carlos Martins é um dos mais competentes do Brasil, e vem exercendo sua atividade da forma mais transparente e eficiente possível. É importante ressaltar que a Secretaria da Fazenda tem obtido grandes avanços e que o secretário tem tido a competência de conduzir esse momento de dificuldades, que é o momento da crise financeira, de forma eficiente. De forma que o nosso Estado vem enfrentando essa situação com investimentos em atividades produtivas e buscando reduzir as desigualdades sociais.

O secretário esteve aqui na terça-feira, prestando contas das metas, e provou que toda a apresentação feita aponta para o cumprimento das metas fiscais, portanto, o cumprimento da legislação em vigor.

Todo o resto é discussão vazia que não leva a lugar algum, porque, hoje, o que observamos é o Estado da Bahia enfrentando essa crise da melhor forma possível, mesmo diante desse furacão da crise financeira e econômica mundial, a Bahia e o Brasil a enfrentam com geração de empregos, financiamento da atividade produtiva, redução das desigualdades sociais.

É bom lembrar que os reflexos dessa crise, que estouro nos Estados Unidos da América, coração do capitalismo mundial, ainda estão sendo sentidos com muito mais intensidade na Europa e nos próprios Estados Unidos do que no Brasil. Aqui na Bahia, o governo Wagner e seus secretários, em especial o da Fazenda, têm sido bastante eficientes no enfrentamento desse problema.

Gostaria de registrar e comentar, mais uma vez, um tema que é sempre tratado nesta tribuna pelo Bloco da Oposição e sobre o qual o deputado João Carlos Bacelar fez uma abordagem: a violência no Estado.

Na realidade, volto a insistir, a violência – e vou repetir alguns dados sobre os quais já tive a oportunidade de comentar aqui - é um problema antigo, grave e de difícil solução.

Vejam a taxa de crescimento dos homicídios nas capitais brasileiras: Salvador de 2000 a 2005 tem um crescimento de homicídios de 252%; Maceió com um crescimento de 89%; Fortaleza com um crescimento de 40,5%; São Luiz com um crescimento de 80,7%; João Pessoa com um crescimento de 36%; Recife com um crescimento de 4,4%; Aracaju com 1,3% de crescimento.

É importante a gente registrar que, enquanto em Salvador cresceu a violência, entre 2000 e 2005, em 252%, em São Paulo, os homicídios caíram 53,7%; no Rio de Janeiro, 21,4%; em Brasília, 4,4%. Em Porto Alegre, houve um aumento de 18,8%; em Curitiba, 95,5%; enquanto em Salvador, volto a repetir, o crescimento da violência foi de 252%.

Estou citando esses dados, porque, entre 2000 e 2005, quando Wagner ainda não era o governador do Estado, a violência, em Salvador, cresceu 252%, considerando-se violência os homicídios. Foi uma taxa maior do a que todas as demais capitais brasileiras, sem exceção, nas quais a violência cresceu. Não houve uma capital do Brasil em que o crescimento do número de homicídios fosse maior do que Salvador, nenhuma! Houve até capitais, como São Paulo, em que os números não cresceram, mas, sim, reduziram-se. Enquanto aqui a violência cresceu 252%, em São Paulo ela se reduziu 53,7 e no Rio de Janeiro, 21,4%.

Com isso, quero dizer que a tendência de aumento da violência em Salvador, continuou em 2006, 2007, 2008, mas, em 2009, houve uma redução. No primeiro semestre de 2009, houve uma queda de 11% no número de homicídios. Com isso não estou dizendo que não exista violência em nosso Estado, muito pelo contrário. Não estou dizendo que a situação esteja resolvida, pelo contrário.

Com isso, eu quero dizer que a violência é um problema histórico, antigo e que se agravou nos últimos anos. No Brasil, felizmente, está havendo uma pequena redução, a partir do presidente Lula; e na Bahia começa a aparecer uma pequena redução no primeiro semestre deste ano.

O problema da violência, volto a ressaltar, é um problema extremamente complexo que envolve uma série de ações. As consequências da violência são graves para a sociedade, mas continuo batendo na mesma tecla: só vamos resolver o problema da violência, de verdade, com a redução das desigualdades sociais.

Só vamos reduzir o problema da violência a partir de um novo processo cultural, civilizacional, e partir do momento em que a consigamos resolver os graves problemas da sociedade, no que diz respeito às condições de dignidade do ser humano, bem como assegurar a cidadania e a dignidade a todo ser humano.

A violência se combate com justiça social. Continuo insistindo nessa tecla. E aí está o mérito do governador Jaques Wagner, porque, ao mesmo tempo em que busca aperfeiçoar o aparato repressivo para combater o crime, e os exemplos são inúmeros, pois foram adquiridos 500 veículos, mais 900 veículos e 3.200 coletes à prova de bala...

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Para concluir, deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Concluindo, nobre Presidente.

Foram contratados 3.200 policiais militares, mais 3.200 serão nomeados, houve nomeação de delegados e também de policiais civis.

Então, ao mesmo tempo em que o governo se preocupa em aperfeiçoar o aparato repressivo para combater o crime organizado e a violência, trabalha na outra direção, ou seja, na redução das desigualdades sociais. Aí está o grande mérito do governo Jaques Wagner.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Antes de anunciar o próximo orador, vamos fazer constar nos Anais desta Casa a visita que nos faz o secretário-geral de Emigração do governo da Galícia, Víctor Díaz-Pache Séenz de Cenzano. Ele nos visita, e é um prazer estarmos recebendo-o nesta Casa. As honras da Casa estão sendo feitas pelos deputados Gaban, João Carlos Bacelar e a deputada Maria Luiza.

Obrigado pela presença, fique à vontade.

Com a palavra o Líder do governo e da Maioria para indicar orador.

O Sr. Yulo Oiticica:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o deputado Yulo Oiticica, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. YULO OITICICA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes às Galerias Deputado Paulo Jackson, quero parabenizar a deputada Maria Luiza pela iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a pedofilia.

Quero lamentar que esta Casa, Sr. Presidente, não tenha usado tanto quanto deveria esse expediente tão importante que é Comissão Parlamentar de Inquérito. A Câmara federal tem feito um bom trabalho relacionado à questão. O deputado Magno Malta tem andado por todo o nosso País fazendo um enfrentamento a essa brutal violação aos direitos humanos, que é a pedofilia, que é a prostituição infantil.

Quero crer que esta Casa poderá inclusive instalar a Comissão Parlamentar de Inquérito que venho propondo nessas 3 últimas legislaturas, na perspectiva de investigar a atuação dos grupos de extermínio que têm infelizmente ceifado a vida de tantos jovens na nossa capital e em todo nosso estado- na sua maioria absoluta de negros e pobres.

Lembro que a Comissão de Direitos Humanos desta Casa fará no próximo dia 14 uma audiência pública para discutir essa questão, naturalmente junto com a Comissão da Igualdade Racial, com o deputado que a preside tão bem, deputado Bira Corôa.

Mas Sr. Presidente, quero me pronunciar sobre o brutal assassinato das lideranças da APLB, professores, portanto, da cidade de Porto Seguro, no extremo sul da Bahia. Infelizmente os professores daquela cidade estavam em greve desde o dia 15 deste mês de setembro e apesar das negociações estarem transcorrendo normalmente em busca da perspectiva da solução, fomos surpreendidos com a barbaridade que foi o brutal assassinato de dois valiosos companheiros, Álvaro Henrique e Elisnei Pereira, ambos defensores da luta dos trabalhadores e trabalhadoras da educação na cidade de Porto Seguro, no Estado da Bahia. E não tenho dúvida de que a punição dos culpados é fundamental para que de uma vez por todas não tenhamos mais que enterrar líderes sindicalistas por cumprirem seu papel de defender direitos dos seus liderados.

Quero me solidarizar com a família desses dois companheiros, com todos os professores e professoras daquela cidade, e sem dúvida também estar solidário com a

administração municipal com o prefeito Gilberto Pereira Abade que é um homem que tem a vida marcada pela seriedade pela integridade e que até aqui nada desabona sua conduta política e mais ainda me solidarizar com o companheiro Caetano Cupolo que também tem uma trajetória na defesa dos direitos trabalhistas, nos direitos humanos da luta do movimento social, porque não é justo tentar antecipar julgamento de mérito e tentar criminalizar ou condenar antecipadamente pessoas que têm uma vida ilibada, marcada pela ética, pela conduta democrática, portanto, pelo diálogo para a solução dos impasses é também uma atitude que não leva a solução dos problemas.

Mas também não tenho dúvida, Srs. Deputados e Deputadas que só a prisão dos culpados, só o final do inquérito policial- e espero que ele leve a prisão dos assassinos- será para nós uma questão de extrema relevância, não só para estancar essa forma brutal de enfrentar as divergências políticas com o assassinato de lideranças, como também, a necessidade de que essas coisas não aconteçam mais na nossa Bahia, que, infelizmente, sempre teve a divergência vencida com o assassinato de grandes baianos e baianas. O projeto que chega a esta Casa por esses dias oriundo do Executivo do Estado vem para reparar, é claro que longe de reparar o que aconteceu porque nada paga uma vida, mas o projeto do governador do Estado para indenizar a família do comunicador, do jornalista Manoel Leal que foi o 10º dos 10 jornalistas assassinados na Bahia nos últimos 10 anos é importante, não para estancar, volto a dizer essa forma brutal de impedir o bom diálogo a divergência no campo da democracia, mas para fazer justiça a esses que têm cada vez mais enfrentado a tirania e truculência com o objetivo de garantir a Bahia de todos nós.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a Comissão de Direitos Humanos aprovou, hoje, uma audiência pública na cidade de Porto Seguro, exatamente no dia 16 de outubro, para que possamos, junto com a Secretaria da Segurança Pública, investigar e atualizar as informações acerca do processo de apuração, buscando, assim, que esse inquérito seja concluído o mais rapidamente possível e haja verdadeiramente a identificação e a prisão dos assassinos.

São com ações desse tipo que concluiremos, de uma vez por todas, o processo de consolidação da Bahia de todos nós, republicana, garantindo a boa divergência no campo do embate das ideias e não da truculência, da força bruta, da malvadeza ou da arma de fogo como instrumento para resolver os impasses.

Concluo solidarizando-me mais uma vez com os familiares desses dois heróis, guerreiros da luta trabalhista, da luta dos educadores no Estado da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, peço desculpas e vênias a V.Ex^{as} para, aproveitando a presença de todos aqui, convidar os 62 parlamentares para estarem hoje, às 18h30min, no Centro de Convenções, quando estarei oficializando minha entrada no PDT, Partido Democrático Trabalhista.

Srs. Deputados, interromperei a sessão por 2 minutos para ler um ato de convocação: (lê) “O presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 41, inciso XXIX, da Resolução nº 1.193, de 17

de janeiro de 1985.

RESOLVE convocar a suplente de deputado CLEIDE VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA, do Partido Social Cristão - PSC, para assumir o mandato parlamentar nesta Casa Legislativa, em decorrência do afastamento do deputado FERNANDO TORRES, licenciado para tratamento de saúde e para cuidar de interesses particulares, compreendendo um período de 125 (cento e vinte e cinco) dias.”

A Presidência assina este ato e manda fazer a publicação.

Convido a Sr^a Cleide Vieira da Silva Oliveira para adentrar o Plenário. E peço aos deputados Pedro Alcântara e Sérgio Passos que a conduzam a este recinto. Ela está assumindo o mandato substituindo o deputado Fernando Torres.

(A Sr^a Cleide Vieira da Silva Oliveira adentra o Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Registro a presença do suplente de senador, o nosso querido amigo ex-deputado Eliel Santana, presidente do PSC, partido que parabeno por ter mais uma parlamentar, que vem se juntar à deputada Ângela Sousa e ao deputado Pastor Ubaldino.

Convido a Sr^a Cleide Vieira da Silva Oliveira para fazer o juramento. Peço aos Srs. Parlamentares que fiquem de pé.

Deputada Cleide, por favor, vamos fazer o juramento, conforme estabelece a Constituição estadual.

(A Sr^a Cleide Vieira da Silva Oliveira profere o juramento.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Considere-se empossada a deputada estadual Cleide Vieira da Silva Oliveira pelo período de 125 dias. (Palmas)

Srs. Deputados, passo a Presidência desta sessão ao deputado Jurandy Oliveira, nosso decano, para que eu possa ausentar-me.

Convido os Srs. Deputados que porventura queiram honrar-me com suas presenças, às 18h30min, no Centro de Convenções, para a solenidade de filiação ao PDT dos deputados Marcelo Nilo, Paulo Câmara, João Bonfim, Emério Resedá e José Carlos Araújo.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos. (Pausa) Retificando: concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, por 3 minutos falará o deputado Sérgio Passos e nós usaremos os 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o deputado Sérgio Passos, pelo tempo de 3 minutos.

O Sr. SÉRGIO PASSOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um pedido ao governador Jaques Wagner que foi muito bem acolhido em Várzea do Poço e já prestou um grande serviço àquela terra quando levou o asfalto de Serrolândia até a sede de Várzea do Poço. Agora, eu gostaria de deixar aqui um pedido muito especial. Várzea do Poço vem vivendo uma situação de calamidade pública quase em função da carência de água. Aquele município é abastecido por uma antiga barragem, lá no seu território, e não só está esvaziando por ausência de chuvas

como também há um grau de salinização cada vez maior em função, exatamente, do menor volume hoje existente.

Deixo aqui a sugestão ao governo, à Embasa, que já foi encaminhada através de ofício ao seu presidente, para que envide esforços no sentido de fazer a ligação entre a barragem que abastece o município de Serrolândia, que é em Cachoeira Grande, em Jacobina, até Várzea do Poço. Seria uma solução de baixo custo, uma solução emergencial, mas resolveria 100% o problema de água no município de Várzea do Poço.

Tenho fé porque, sensível a problemas de água como o é o governador Jaques Wagner, que levou uma adutora, para atender emergencialmente ao município, da Barragem de Cachoeira Grande até Jacobina, mesmo sabendo que dentre em breve teremos a adutora que ligará Pindobaçu/Saúde/Caém/Jacobina, solucionando de uma vez por todas os problemas de água em Jacobina.

Tenho certeza que o governador Jaques Wagner, sensível como é, como já disse, fará a extensão da barragem, a extensão do sistema que hoje abastece Serrolândia até o Município de Várzea do Poço. Porque assim, temos absoluta certeza, que resolverá – como está resolvendo o problema de água doce em Capim Grosso, Quixabeira, São José, Gavião e outros municípios da Região Sisaleira – não só o problema de Várzea do Poço como também o de Mairi.

Fica aqui o meu pedido, o meu alerta, porque isso já se faz urgente, pois Várzea do Poço vive uma situação de emergência, podendo chegar em breves dias, se não houver uma forte precipitação de chuvas na região, a uma situação de calamidade pública.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Questão de ordem do deputado Pedro Alcântara.

O Sr. Pedro Alcântara:- O PR tem direito a 8 minutos e o deputado usou 3 minutos. Os outros 5 minutos, por indicação, vamos usá-los.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Alcântara.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, aqueles que nos honram com suas presenças, ouvintes da *TV Assembleia*, em primeiro lugar, em nome da Liderança do nosso partido, o PR, queremos desejar boas-vindas à nova colega, deputada Cleide Vieira. Esse será o nome parlamentar dela aqui, nesta Casa. É uma honra tê-la conosco, aumentando a bancada das mulheres.

Até, deputada Ângela, nesses 90 dias – que poderão até se estender, depende

dos entendimentos de ordem política – vou ceder a nossa vaga na Comissão das Mulheres à nova deputada, se as colegas não se incomodarem, para que ela participe da Comissão das Mulheres. Deputada Cleide, é uma gentileza do nosso partido, o PR, a V.Ex^a, para que se integre de imediato à nossa Casa.

V.Ex^a, tenho certeza, terá 90 dias de trabalho, uma demanda reprimida que V.Ex^a tem para reivindicar, e contará, pelo menos, entendo, com o apoio de todos, principalmente do PR, o nosso partido, aqui, nesta Casa, sob a nossa Liderança. Esse é o nosso desejo, em nome também do povo da minha querida Juazeiro e da Região do São Francisco.

Já que estamos falando em mulheres, Sr. Presidente, é de iniciativa da deputada Maria Luiza Carneiro, que está a concluir as assinaturas, espero que chegue a 100% nesta Casa, a criação da CPI da Pedofilia. Entendo, deputado Heraldo Rocha, que essa será uma comissão suprapartidária, apolítica, enfim, oportuna e necessária.

Entendo que essa Comissão Parlamentar de Inquérito precisa ter o apoio maciço da mídia baiana, dos segmentos organizados, enfim, de toda a sociedade baiana para agir, claro que comandada por esta Casa, deputada Maria Luiza, em consonância com a CPI nacional. E quero parabenizá-la por essa ação, essa atitude.

Como um dos primeiros parlamentares a dar apoio, a estimular logo que soube que V.Ex^a iria começar a colher assinaturas para a instalação da importante comissão, espero que a primeira reunião seja no interior. Deverá ser uma comissão não só daqui, dos gabinetes da Assembleia, mas deverá visitar os grandes centros. E que Juazeiro seja uma das primeiras cidades a ser visitada por essa comissão.

Fiquei satisfeito quando V.Ex^a disse que o deputado Magno Malta será um dos convidados no momento da instalação dessa comissão. Realmente, é uma pessoa que tem dedicado o seu mandato de senador, meu colega e companheiro de partido, a essa questão tão importante e crucial para o futuro do nosso País, da Bahia e do Brasil.

Portanto, quero parabenizá-la, e me incorporo desde já à ação de combate a esse mal que está enraizado em toda a sociedade brasileira, e na Bahia não é diferente. Talvez a Bahia, pelo seu tamanho, pelo Estado complexo que é, seja um dos campeões da pedofilia.

Deputada Maria Luiza Carneiro me solicita um parte e eu concedo-lhe com a maior boa vontade, reforçando os meus parabéns por iniciativa tão importante para o nosso Estado e nosso País.

A Sr^a Maria Luiza:- Caro e nobre deputado Pedro Alcântara, quero dizer que agradeço a manifestação, desde o início, da parte de V.Ex^a. Lembro-me que um dia depois que foi anunciada a proposta por mim da criação da comissão, V.Ex^a me ligou e disse: Deputada, conte comigo. Então quero de público agradecer o apoio de V.Ex^a, que é um deputado experiente, que tem serviços prestados a esta Casa. Sua posição só enaltece e enobrece ainda mais essa causa. Quero agradecer de todo o coração e, com certeza, muito teremos ainda por fazer com essa comissão pelo Estado afora.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a, deputada, e digo que vamos no intuito não só de colaborar, de participar, porque é um dever de

todos nós que somos pais. Eu também já sou avô, embora prematuramente, como o deputado Heraldo Rocha, mas, com certeza, deputada, como médico, nós presenciamos fatos estarrecedores e vamos dar o apoio total a essa comissão e ela vai alcançar os objetivos no sentido de diminuir e inibir essas ações desse criminosos que atuam na calada da noite, de maneira tão cruel, agredindo as jovens, as crianças do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Obrigado a aqueles que nos honram com suas presenças, a Imprensa e os ouvintes da TV Assembleia.

(Não foi revisto pelo orador, nem pela apartante.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o Líder do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

A Sr^a Maria Luiza Carneiro:- Sr. Presidente, como não vejo nenhum dos meus pares e falo em nome de único membro partido no Plenário no momento, não há orador. Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o nobre Líder da Minoria, ou do Democratas, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- O deputado Gildásio pediu esse tempo para ele... (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Com a palavra o deputado Gildásio Pendo Filho pelo tempo de 5 minutos. (Pausa.)

O Sr. Heraldo Rocha:- Eu falarei, então, por todo o tempo, Sr. Presidente.

(O deputado Gildásio adentra ao Plenário e assoma à tribuna.)

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Deputado Gildásio Penedo, V.Ex^a não estava presente quando foi anunciado...

O Sr. Álvaro Gomes:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Jurandy Oliveira):- Pela ordem o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Antes, tem o PSDB, que não tem orador, pelo menos não se manifestou, agora tem o Bloco da Maioria, que é o PP/PMN/PRTB.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Pode inverter.

O Sr. Álvaro Gomes:- Inverter? Então, fala agora o Democratas.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Agradeço a generosidade da Bancada do governo e quero dizer aqui muito claramente que me surpreenderam o posicionamento político e o discurso forte do deputado Paulo Rangel, Líder do PT, quando teceu comentários acerca de um dos seus aliados do PP em relação, mais precisamente, ao cargo do Bahia Pesca.

Isso me estranha, porque, desde o primeiro momento, deputado Luiz de Deus, essa tem sido a prática estimulada pelo governador Jaques Wagner, governo que a todo momento, deputado Paulo Azi, nunca se preocupou com a qualidade de gestão do governo baiano. O governo sempre estimulou o loteamento político do seu governo. Foi assim com o PP, foi assim com o PDT, foi assim com o PCdoB.

Essa tem sido a prática. E o deputado Paulo Rangel, ao fazer uma crítica ao

modus operandi do PP, devia fazer uma reflexão interna, porque, se essa prática existe hoje, foi estimulada pelo próprio governador Jaques Wagner, que desde o primeiro momento da sua gestão muito pouco se preocupou, deputado Luiz de Deus, com a questão do planejamento político da nossa administração. Nunca se preocupou com a gestão.

O governo, a vida toda, estimulou, sim, o fracionamento político da sua gestão, loteando e aparelhando a sua estrutura administrativa, e quero aqui muito tranquilamente dizer que essa postura do PT não deve ser diferente da do PCdoB faz, deputado Heraldo Rocha, não deve ser diferente da estrutura do PDT, porque essa foi uma cultura implantada no governo Jaques Wagner, de querer loteamento político das suas indicações, deputado Paulo Rangel.

E, embora eu respeite seu o posicionamento, V.Ex^a contradiz toda a prática que foi concebida pelo governo Jaques Wagner. Em momento nenhum, se priorizou a gestão pública deste governo. Desde o primeiro momento, deputado Ângelo Martins Coronel, que neste momento nos dá a honra de estar neste Poder e neste momento na Assembleia, aqui no Plenário, foi essa cultura do governo Jaques Wagner, foi essa postura, nobre Líder do PT, deputado Paulo Rangel,...

O Sr. Paulo Rangel:- Um aparte.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Está inscrito.

(...) V.Ex^a, talvez, não tenha a condição de poder reclamar de uma prática estimulada pelo seu próprio partido e pelo seu próprio governador. Foi uma decisão, foi o norte criado, deputado, nobre presidente Jurandy Oliveira, uma cultura implantada, onde se deixou de lado a questão de gestão pública, onde se deixaram de lado os interesses e o sonho, a expectativa da população baiana.

V.Ex^a tem o direito de contestar, de repudiar até, porque sabe o que está acontecendo, mas V.Ex^a deveria também fazê-lo de forma muito clara ao seu governador, porque essa cultura foi implantada desde o primeiro momento, é assim que age o governador Jaques Wagner, autorizando partidos, intervindo em coligações, tirando presidências de partidos para fazer a sua arrumação político-partidária, deputado Luiz de Deus,...

O Sr. Luiz de Deus:- Um aparte.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- V.Ex^a, também, está inscrito, deputado Luiz de Deus.

(...) portanto, não cabe agora, muito tranquilamente e, talvez, V.Ex^a e o PT não tenham autoridade de questionar, porque foram vocês próprios que estimularam esse tipo de procedimento, o aparelhamento da máquina pública,...

O Sr. Clóvis Ferraz:- Um aparte.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- (...) o inchaço da estrutura administrativa.

Já denunciei aqui, deputado João Carlos Bacelar, e V.Ex^a, também, é importante que a Bahia saiba que, em 2006, a estrutura de administração do governo baiano contava com 18 secretarias. Qual foi o primeiro ato do governador Jaques Wagner? Foi aumentar de 18 para 24 secretarias de estado, aumentando a estrutura do

Estado, aparelhando com cargos de confiança, cargos de chefia, é por isso que não sobram recursos, deputado Bira Coroa, para atingir áreas cruciais, como segurança pública que, hoje, lamentavelmente. Sei que muitos moradores e amigos de Simões Filhos que fizeram questão de vir aqui presenciar essa data importante da assunção de uma deputada, sabem como piorou a segurança pública na Região Metropolitana de Salvador.

É por isto que falta dinheiro: estão sendo criadas, agora, mais duas secretarias de Estado – a Secretaria da Copa, quando já existe a Secretaria do Trabalho e Esporte, que bem poderia açambarcar, deputado João Carlos Bacelar, essa estrutura, e a Secretaria de Assuntos Extraordinários! E agora o PT não pode vir aqui porque não tem legitimidade, não!, porque essa cultura, esse estilo de administração foi iniciado, instalado e estimulado pelo próprio governador Wagner, que, desde o primeiro momento, priorizou somente a política em detrimento da gestão pública do nosso Estado.

Com o aparte o deputado Luiz de Deus.

O Sr. Luiz de Deus:- Deputado, agradeço o aparte que V.Ex^a me concede, mas quero fazer o contraditório ao que disse V.Ex^a quando afirmou que o deputado Paulo Rangel, no seu pronunciamento, estava defendendo interesses regionais.

Não vejo assim, pois o deputado estava defendendo o interesse público, o Erário. Em vez, vou sintetizar, de comprar rações para peixes, para tilápia, com os números que ele citou, as rações que estavam sendo adquiridas não eram para peixes, mas, sim, para felinos.

Agradeço o aparte que V.Ex^a me concedeu.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Aceito, deputado Luiz de Deus, e até incorporo o seu pronunciamento.

Entendo a preocupação do deputado Paulo Rangel, que é a de todos nós, mas sabemos que, efetivamente, há um tipo de contestação. Entretanto, esta, deputado Luiz de Deus, foi a prática estimulada, concebida pelo governo Wagner desde o primeiro momento da sua administração, deputado Waldenor: deixou de lado a administração, a gestão pública para priorizar a articulação política.

Vejam que tivemos recentemente, deputada Maria Luiza, uma intervenção de um partido na Bahia, o qual, por intermédio de seu presidente, se opunha a uma coligação com o governo estadual, porque houve uma intervenção direta deste, que queria a articulação, com o ingresso de alguns deputados, inclusive do presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo.

Então, estranha-me, sim, a atitude do deputado Paulo Rangel de, como Líder (...)

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- V.Ex^a está inscrito – (...) vir aqui contestar, porque essa prática de aparelhar, de lotear a estrutura administrativa do nosso Estado, de fazer dela uma verdadeira rifa foi iniciada, estimulada, deputada Maria Luiza, pelo próprio governo, deputado João Carlos Bacelar. E agora me vem o deputado Paulo Rangel...embora haja aí o peso dessas afirmações que precisam ser

averiguadas, com zelo necessário, até por esta Casa, é evidente que tudo isso foi iniciado e estimulado pelo próprio governador.

Com o aparte o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Gildásio, eu o respeito muito, mas acho que não fica bem para um deputado da qualidade de V.Ex^a querer fazer desse fato uma mera disputa regional, até porque não sou afeito a determinadas disputas nem com V.Ex^a nem com o deputado Luiz de Deus nem com nenhum outro deputado. Acho até que a disputa deve ser feita de forma limpa, ética, cavalheira, companheira.

Agora quero dizer que qualquer erro dessa natureza que venha a ser cometido por nosso governo, tem que ser alvo de críticas, até para que ele fique alerta. Em nenhum momento, notei interesse do governador Jaques Wagner em aparelhar as secretarias ou órgãos do Estado para facilitar a vida eleitoral de qualquer postulante a cargo eletivo no Estado da Bahia. É natural que composição do governo se dê, até buscando ter maioria para dar sustentação à governabilidade.

Quero, portanto, refutar essa posição de V.Ex^a, que faz um pronunciamento, diria, que fica longe de outros já feitos por V.Ex^a nesta Casa, até mais elegantes.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Deputado Paulo Rangel, eu vou, humildemente, reconhecer e retirar essas questões regionais, porque não era o nosso propósito, mas, quanto a essa conceituação, quanto à crítica em relação ao aparelhamento, eu não tenho dúvida que essa foi uma decisão política, desde o primeiro momento do governo Jaques Wagner, de poder aparelhar, de poder lotear a estrutura administrativa com um viés único e muito claro de tentar inviabilizar o processo de reeleição, mesmo que isso custe a esperança de milhares de baianos que acreditavam que o governo de fato pudesse concentrar as suas energias, os seus esforços, na melhoria da qualidade de vida do povo baiano, que, infelizmente, nesse momento, se vê extremamente preterido.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria, ou o Líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falará por todo o tempo o deputado Bira Coroa.

O Sr. PRESIDENTE (Luiz de Deus):- Com a palavra o nobre deputado Bira Coroa, representante de vários municípios da Bahia, principalmente Camaçari.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, em primeiro lugar quero parabenizar a chegada de mais uma deputada a esta Casa, pela importância, destacando a defesa que sempre fiz da introdução da mulher nos espaços públicos, representativos, administrativos e de lideranças desse Estado para construir, de fato, a sociedade igualitária que todos nós defendemos. Por isso, a minha saudação, com muito respeito, mas, acima de tudo, com muita satisfação por estar aqui dividindo a Bancada com mais uma representante da luta feminina.

Mas, Sr. Presidente, quero ainda, parabenizar o Centro de Estudos Afro-Oriental – CEAO, que completa 50 anos de existência. Pelo papel, a importância que tem o CEAO ao longo desses 50 anos, construindo e alimentando o debate, utilizando a linha do conhecimento científico como um instrumento para potencializar as lutas populares na defesa dos interesses, da equiparação e da implantação de condições igualitárias do povo baiano, e consequentemente do povo brasileiro, e hoje como referência internacional. Durante esses 50 anos o CEAO vem fazendo um papel significativo, iniciado a partir de um debate/discussão com professores da Universidade Federal da Bahia, que ora alimenta todas as vertentes do movimento negro no Estado da Bahia e no Brasil.

Por isso não poderia deixar de parabenizar o CEAO pela passagem dos seus 50 anos, acreditando que ao longo desse tempo muito já contribuiu e muito haverá de contribuir nos próximos anos.

Mas, Sr. Presidente, quero também destacar um aspecto importante. O primeiro deles é: entendo, por ter ficado claro, o posicionamento aqui apresentado pelo Líder do nosso Partido nesta Casa, o Partido dos Trabalhadores, deputado Paulo Rangel, prova concreta da democracia, através do posicionamento e da afirmação que a Frente conduzida pelo PT, através do governador Jaques Wagner vem implementando nesse Estado.

É difícil, nobre deputado Paulo Rangel, para aqueles que viveram uma política de cabresto, uma política de aprisionamento e de direcionamento único a partir da visão do chefe, entender o seu posicionamento e o posicionamento do Partido dos Trabalhadores. Quero saudar, inclusive, e mais uma vez demonstrar que esta Casa tem vivido um tempo novo, ações e momentos novos, a partir da implementação do governo democrático do governador Jaques Wagner, que aqui tem refletido de forma afirmativa e positiva...

Mas quero dizer ao nobre deputado Gildásio Penedo que a tentativa de comparar o governo Wagner com um governo no modelo de governos passados é vazia e não procede. Posso, inclusive, destacar o porquê. Porque, quando é levantada aqui a questão da Bahiapescas pelo deputado Paulo Rangel, é exatamente para não ocorrer o que ocorreu com a Ebal e foi camuflado ao longo de 16 anos pelas forças que eram base e sustentação do governo nesta Casa.

Essa empresa foi repassada para o governo Wagner com um rombo de mais de 600 milhões, e esta Assembleia fez através de uma CPI todos os levantamentos. Assim também logo podemos destacar outras áreas. Por exemplo, a situação das estradas de rodagem que foram concluídas, sim - algumas reformadas. Mas as “estradas-sonrisal”, que não tiveram acompanhamento nem correspondiam às medições, foram pagas, e o povo não desfrutou porque o governo Wagner, ao chegar, encontrou quase 93% das estradas de rodagem do Estado da Bahia em condição imprópria para o uso.

Assim também foi na educação, que deixou como legado 2 milhões e 100 mil analfabetos para nossa reflexão e ação, nobre deputado Javier. Então, não dá para tentar comparar com um fato isolado e colocar como se fosse um lema ou uma linha

de condução de governo. Sei o quanto incomoda a Oposição vivenciar e presenciar a autonomia, a liberdade e a base do governo atual neste Legislativo. Sei que dá saudades, vontades, desejos e ambições, porque eles passaram 16 anos aqui nesta Casa e não tiveram autonomia, não tiveram liberdade de expressão, direito de externar os seus posicionamentos, porque antes de subirem a esta tribuna tinham de pedir licença, passar o texto para ter a aprovação ou reprovação.

Então essa é, nobres deputados, a diferença de governo. E tenho muita convicção de que este é o governo correto, esta é a condução certa que tem sido dada à Bahia pelo governador Jaques Wagner. Também não tenho dúvida de que as denúncias que aqui são levantadas pela base de sustentação do governo ou pela Oposição são apuradas, acompanhadas. E as medidas devidas, tomadas.

Diferentemente dos governos passados, que a gente conhece muito bem como era o procedimento. Uma vassoura e um grande tapete para jogar a sujeira debaixo dele e fazer de conta que tudo ia muito bem. Nesse governo não se faz de conta. Nele há apuração, e essa é a diferença. Sei, nobre presidente, o quanto isso incomoda aqueles que passaram 16 anos aqui dentro desta Casa com a flecha. Não era uma espinha, era uma flecha atravessada na garganta porque não podíamos dizer um ai. Mas eles não podiam dizer não posso! E não podiam dizer não posso porque não tinham autonomia, direito de condução.

É em cima desse posicionamento, nobre presidente, que quero mais uma vez parabenizar o governo Jaques Wagner e o nosso Líder Paulo Rangel. Reafirmo que este momento é de transformação, sim, para uma sociedade igualitária, o que é feito pela política, pela intervenção do Legislativo, pela ação do Executivo. É com tudo isso que iremos concluir, de fato, a Bahia de todos nós.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Javier Alfaya:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Javier Alfaya:- Muito obrigado, presidente. É um prazer fazer questão de ordem tendo a sessão presidida por V.Ex^a. Que mais mulheres estejam presentes à Assembleia Legislativa e possam presidir não apenas uma ou outra sessão, mas inclusive a própria instituição.

Não sei se V.Ex^a sabe, mas eu sou favorável à tese de que devemos ter um Parlamento Brasil e nos demais Parlamentos menores, as Câmaras e as Assembleias, com a ocupação de 50% feita pelas mulheres tal qual é na Finlândia. Não basta apenas termos apenas uns 30% de cotas de candidaturas de mulheres, é necessário que haja também as vagas reservadas nos Parlamentos, senão acho que essa política é muito parcial, muito tímida.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Eu quero agradecer a V.Ex^a essa deferência toda para nós mulheres aqui na Casa. Tenho certeza que todas nós estamos agradecidas por essa consideração, por esse apreço que V.Ex^a tem pelas mulheres. Muito obrigada.

O Sr. Javier Alfaya:- Não é apenas o apreço em relação às mulheres que, evidentemente, está acima de qualquer coisa, mas é também uma concepção política sobre a transformação do Brasil, da sociedade brasileira rumo ao socialismo como nós do PCdoB defendemos. Sem que haja a incorporação de fato e profundamente das mulheres em todos os espaços da sociedade é impossível ter essas transformações.

Um dos fundadores da nossa linha, o Engels, juntamente com o Marx, disse uma frase muito interessante, deputada, que ficou gravada para sempre na história que diz o seguinte: “O grau de libertação de uma sociedade se mede pelo grau de libertação das suas mulheres.”

Então como eu tenho 5 minutos para fazer a questão de ordem, o deputado Paulo Azi está aqui um pouco incomodado com alguma coisa, quero dizer, dando continuidade ao que disse o brilhante companheiro Bira Corôa de que ao lado das iniciativas que ele já elogiou, Eliana, do nosso governo Wagner, quero dizer que o governo Wagner tem também que acrescentar aos seus feitos até então, aqui foi ontem citado, mas no tumulto que havia sido provocado por alguns colegas no meio do plenário falando alto, provocando poluição sonora, não foi muito bem registrado. Mas quero elogiar a atitude do governado Wagner, da Secretaria da Cultura, por terem regulamentado, normatizado, a ajuda às instituições provadas de cultura do nosso Estado.

Durante 3 anos, houve um certo tumulto e até um certo desgaste do nosso governador, injustamente em relação ao governador, por parte de episódios que envolviam 3 instituições: o Museu Carlos Costa Pinto, a Fundação Casa de Jorge Amado e o Theatro XVIII da minha querida amiga Aninha Franco. A Casa de Jorge Amado dirigido por uma brilhante poetisa, uma mulher fantástica, baiana, interiorana, conhecedora da cultura do Sertão, feirense, Myriam Fraga, e o Museu Carlos Costa Pinto também dirigido por uma equipe de mulheres museólogas e arquivistas que têm muita capacidade técnica e que dirigem esse importante museu.

Então a partir da normatização feita pela Secult, vamos ter as ajudas que vão variar de 450 mil a 550 mil para essas instituições, essas 3 e mais umas 10 ou 11 que já estão anunciadas e outras tantas que porventura aparecerem e preencherem os quesitos que a Secretaria da Cultura estabeleceu. Cabe a essas instituições privadas de cultura – museus, institutos de pesquisa, a Academia Baiana de Letras e outras tantas – entrarem com 20% de contrapartida. Isso me parece uma medida justa, correta, acabando com o amiguismo que havia antes e com o arbítrio que havia na seleção destas, de algumas outras e não daquelas outras quando se tratava de ajuda por parte do governo.

Então parabéns a equipe do Secretário Márcio Meirelles, ao governador do Estado por terem conquistado esse novo patamar civilizado, honesto, transparente, republicano, nas relações entre o poder público, o orçamento do governo da Bahia e as instituições culturais privadas que tão importante papel cumprem no sistema estadual de cultura do nosso Estado. Muito obrigado.

Dito isto, deputada, peço a V.Ex^a que faça a aferição do *quorum* para

continuidade da presente sessão. Muito obrigado.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido.

(A Sr^a Presidenta faz a verificação do *quorum*)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Há em plenário apenas 5 Srs. Deputados. Não havendo número legal para continuidade da presente sessão, declaro-a encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*